SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AEMERJ
Associação Estadual dos Municípios - RJ

Rio de Janeiro , 26 de Agosto de 2010 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro • ANO II | Nº 0242

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AREAL**

**GABINETE DO PREFEITO**
**DECRETO 707 DE 25 DE AGOSTO DE 2010.**

Cria a Comissão de Avaliação dos Servidores em Estágio Probatório

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AREAL**, no uso de suas atribuições legais, e:

**Art. 1º** O servidor nomeado para cargo efetivo nos órgãos e entidades da administração direta do Poder Executivo, fica sujeito a um período de 3 (três) anos de estágio probatório, com o objetivo de apurar o preenchimento dos requisitos necessários à confirmação no cargo para o qual foi nomeado.

**Art. 2º** Será objeto de avaliação a aptidão e capacidade do servidor para o exercício do cargo, com base nos seguintes requisitos:
I – idoneidade moral;
II – assiduidade e pontualidade;
III – disciplina;
IV – eficiência.

**Art. 3º** O processo de avaliação será coordenado pela Secretaria Municipal de Administração e executado por Comissão que será designada através de portaria a ser emitida pelo Prefeito do Município, sendo composta por 4 (quatro) membros e pelo Chefe imediato do Servidor avaliado.
**Parágrafo Único** Os membros da comissão deverão pertencer ao quadro de Funcionários Estatutários do Município ou ocupantes de cargos em comissão, sendo que todos deverão estar em pleno exercício de suas funções.

**Art. 4º** Os membros da Comissão se reunirão em sessão plenária no máximo por 2 (duas) vezes a cada mês para tratar de assuntos concernentes à sua alçada.

**Expediente:**
**Associação Estadual dos Municípios do Rio de Janeiro - AEMERJ**

**Diretoria 2009/2010**

**Presidente:** **Vicente de Paula de Souza Guedes -Valença**
Vice-presidente: Artur Messias da Silveira - Mesquita
Secretário Geral: Affonso Henriques M. Alves da Cruz - Bom Jardim

**Conselho Fiscal**

Presidente: Laerte Calil de Freitas - Areal
1ª Vice Presidente: Maria das Graças F. Motta - Bom Jesus do Itabapoana
2º Vice Presidente: Cláudio Mannarino - Comendador Levy Gasparian

**Secretária Executiva**

Dilma Lira

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

**Parágrafo Único** Caso haja necessidade de sessão plenária extraordinária, esta deverá ser convocada pelo presidente da Comissão.

**Art. 5º** Os membros da comissão farão jus, nos termos do art. 75 e seu parágrafo único do Estatuto do Servidor Público de Areal, a uma gratificação fixa no valor de R$ 106,00 (cem e seis reais) por participação na sessão plenária, não podendo exceder a R$ 212,00 (duzentos e doze reais).
**§ 1º** Não haverá gratificação para a atuação em sessão plenária extraordinária, de que trata o Parágrafo Único do Artigo 4º.
**§ 2º** Para efeitos de recebimento da referida gratificação, a comprovação da atuação dos membros na sessão plenária será feita através de cópia da ata da sessão, a qual deverá ser encaminhada para o setor competente para a liberação do pagamento.
**§ 3º** A presente gratificação, nos termos do artigo 75 do Estatuto do Servidor Público de Areal, para nenhum efeito será incorporada na remuneração ou vencimento do servidor.
**§ 4º** A presente gratificação será reajustada anualmente, tomando por base o índice geral de preços do mercado – IGPM, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**Art. 6º** O Presidente será escolhido dentre os membros da Comissão na sessão plenária de abertura do biênio, para exercer suas funções durante o mesmo período, podendo ser reconduzido ao cargo uma única vez.

**Art. 7º** Ao presidente da Comissão, incumbe:
I – Recepcionar as fichas de avaliação,
II – Designar o Membro Relator;
III – Convocar os membros da Comissão, para as sessões plenárias.
IV – Observar os prazos legais, devendo encaminhar ao órgão competente o relatório final tempestivamente, sob pena de não recebimento da gratificação de que trata o artigo 5° e seus parágrafos.

**Art. 8º** A avaliação do desempenho dos servidores em estágio probatório será realizada semestralmente, perfazendo um total de 06 (seis) avaliações, tendo como início da contagem para o primeiro semestre, a data de admissão.
**Parágrafo Único** Cada avaliação deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias, após o término do semestre avaliado.

**Art. 9º** O servidor em estágio probatório, será avaliado pela chefia imediata da área na qual esteja diretamente lotado.
**Parágrafo Único.** A avaliação deve ser efetuada, preferencialmente, em presença do servidor avaliado.

**Art. 10** Durante o período de estágio probatório, não poderá ser atribuído ao servidor outros serviços além daqueles inerentes ao cargo que ocupa, nem poderá ser movimentado para município diferente daquele para o qual foi nomeado. A movimentação só será permitida nas seguintes situações:
I - caracterizada a reorganização ou extinção da lotação do órgão ou entidade no município;
II - em virtude de doença não possível de tratamento local, após avaliação por Junta Médica Oficial do Município.

**Art. 11** O servidor avaliado, será considerado apto e capaz para o efetivo exercício do cargo, desde que atinja a pontuação mínima prevista na Lei nº 617/10.

**Art. 12** O servidor avaliado tomará ciência do resultado de sua avaliação perante a chefia imediata, datando e assinando o respectivo documento.
**Parágrafo Único** O servidor que se sentir prejudicado poderá, no prazo de 5 (cinco) dias contados da ciência do resultado da avaliação de cada semestre, interpor recurso junto a Comissão de Avaliação e esta, em no máximo 10 (dez) dias, a partir da entrega da solicitação a Comissão, deverá julgar o recurso.

**Art. 13** Após cada avaliação, a Comissão emitirá Relatório Circunstanciado com parecer conclusivo, identificando os servidores que não atingiram o desempenho esperado. O Relatório deverá ser autuado e encaminhado ao titular do órgão ou entidade envolvida .
**Parágrafo Único** O prazo para a emissão do relatório mencionado neste artigo é de 15 (quinze) dias úteis, a contar da conclusão do processo de avaliação.

**Art. 14** Durante o estágio probatório, a Comissão deverá propor ao titular do órgão ou da entidade a exoneração do estagiário, nos termos dos arts. 25 e 26 da Lei Municipal nº 076/95.
**Parágrafo Único** Se a Comissão constatar, durante o período do estágio, qualquer ocorrência onde haja necessidade de um acompanhamento bio-psico-social ao avaliado, e/ou jurídico, poderá solicitar, suporte especializado na Junta Médica Oficial do Estado e/ou Consultoria Jurídica.

**Art.15** Os servidores em estágio probatório que, na data da publicação do presente Decreto, ainda não tiverem sido avaliados, serão submetidos às avaliações nos termos ora estabelecidos.

**Art.16** A avaliação de desempenho será realizada individualmente na forma da Lei 387/05, para os servidores em estágio probatório que ingressaram no concurso público de 2003 e na forma da Lei 617/10 para os servidores que ingressaram no concurso público de 2009.

**Art. 17** Cabe à Secretaria de Administração, baixar as demais normas ao fiel cumprimento deste Decreto.

**Art. 18** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Areal/RJ, 25 de agosto de 2010.**

***LAERTE CALIL DE FREITAS***
Prefeito

**Publicado por:**
Vinícius Moraes Garcia
**Código Identificador:**3D3D20F1

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO
## PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES

### GABINETE DO PREFEITO
### LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-2011-
### ANEXO DE RISCOS DE FISCAIS

A Lei Complementar n.101/00 estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas; caso se concretizem.

Os riscos fiscais são classificados em orçamentários e dívidas, a saber:

Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito á possibilidade de as receitas e despesas previstas não se conformarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram desvios entre receitas e despesas orçadas.

Os riscos da Dívida Pública Interna são oriundos de dois tipos diferentes de eventos:

Administração da dívida e passivos contingentes.

O primeiro é decorrente do impacto de variações das taxas de juros e de câmbio nos títulos vincendos. Para os demais títulos, o impacto ocorre apenas no estoque da dívida, refletindo nos orçamentos seguintes.

Os passivos contingentes se referem às dívidas potencias que podem ser derivadas de diversos fatores, e que, devido à suas peculiaridades, ainda não foram reconhecidas pelo Governo como dívida. A mensuração destes passivos muitas vezes é difícil e imprecisa, destacando-se:

a) lides de ordem tributária, previdenciária e outras questões judiciais;
b) dívidas em processo de reconhecimento pelo Governo que, em nosso caso, são referentes ao INSS e LIGHT.

Os riscos orçamentários são equacionados pela limitação de empenhos, como indicar a avaliação bimestral da execução orçamentária.

Os riscos da Dívida Pública Interna, oriundos de passivos contingentes que se concretizarem, serão solucionados através da Reserva de Contingência.

Mendes, 25 de agosto de 2010.

***ROGÉRIO RIENTE***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Eva Maria do Val Teixeira
**Código Identificador:**2EEF1986

### GABINETE DO PREFEITO
### PORTARIA N° 099/2010 DE 19 DE AGOSTO DE 2010.

**ROGÉRIO RIENTE,** Prefeito Municipal de Mendes (RJ), usando de suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

CONSIDERANDO a necessidade de ser efetuar a substituição do Mauro Malheiros -Matrícula 5391 - Secretário de Governo, por motivo de férias,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº. 209, de 27 de dezembro de 1976, em especial, o art. 13 e seu parágrafo único.

CONSIDERANDO, Processo Administrativo nº. 5521/2010, da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art.1°- Designar, a Senhora Denise de Souza Brum, Assessora Especial de Gabinete - matrícula nº 5402, para responder interinamente e, sem prejuízo de sua Titularidade, pela Secretaria Municipal de Governo, pelo período de 01 a 30 de setembro de 2010, que perdurar a vacância, ou a critério do Chefe do Executivo.

Art.2º - A Designada, enquanto perdurar a cumulatividade, querendo, poderá optar pelos vencimentos atribuídos a pasta da Secretaria Municipal de Governo.

Art.3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Mendes, 19 de agosto de 2010.

***ROGÉRIO RIENTE***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Eva Maria do Val Teixeira
**Código Identificador:**D1F0781E

**GABINETE DO PREFEITO**
**PORTARIA N° 100/2010 DE 20 DE AGOSTO DE 2010.**

**ROGÉRIO RIENTE,** Prefeito Municipal de Mendes (RJ), usando de suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

CONSIDERANDO, o concurso Público realizado em 11 de novembro de 2001;

CONSIDERANDO, as desistências por parte dos concursados aprovados;

CONSIDERANDO, a desistência da concursada, conforme, solicitação constante do Processo Administrativo nº 5596/10, da Divisão de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art.1° - DESLIGADA, a pedido, a Srª Jamilli Cristina Ferraz da Silva, do cargo de Professora II, matrícula 2558, e determinar a baixa dos registros funcionais da concursada, da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade, com Pedido de Desligamento apresentado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2° - Fica a Secretaria Municipal de Administração autorizada a efetuar o arquivamento de todo os documentos pertinentes.

Art.2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Afixe-se e Cumpra-se.

Mendes, 20 de agosto de 2010.

***ROGÉRIO RIENTE***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Eva Maria do Val Teixeira
**Código Identificador:**28326352

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI MUNICIPAL Nº 1.437 DE 23 DE AGOSTO DE 2010.**

EMENTA: Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2011 e dá outras providências.

A **Câmara Municipal de Mendes** aprovou e o **Prefeito Municipal** sancionou a presente **Lei Municipal:**

**CAPITULO I**
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1°.** Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2°, da Constituição Federal e artigo 4° da Lei Complementar n° 101/00, as diretrizes gerais para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município de Mendes para o exercício financeiro de 2011, compreendendo:
I. As prioridades e as metas da Administração Pública Municipal;
II. As diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento municipal e suas alterações;
III. As disposições relativas à dívida pública municipal;
IV. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais, respeitados os limites legais;
V. As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
VI. O equilíbrio entre receitas e despesas e os critérios e formas de limitação de empenho, nas hipóteses previstas na LRF;
VII. Condições e exigências para transferências de recursos a entidade privada;
VIII. Montante e forma de utilização da reserva de contingência;
IX. Programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
X. Condições e critérios para a limitação de empenho pelo Poder Executivo, bem como as despesas excluídas;
XI. Previsão dos casos em que não se poderá vedar a contratação de serviço em caráter extraordinário;
XII. Fixação de valores irrelevantes de despesa;
XIII. Inclusão de novos projetos na LOA;
XIV. Disposições diversas.
**Parágrafo únic**o. Integra esta Lei:

Anexo de Metas Fiscais, em que são estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública para o período de 2011 a 2013;
a) Anexo de Riscos Fiscais onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e as providências a serem tomadas no caso de se concretizarem;

**Art. 2°.** As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2011 foram definidas em audiência pública e estão descriminadas em anexo a esta lei.

**CAPITULO II**
**DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO**
**DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

**Art. 3°.** Para efeito desta Lei, entende-se por:

I. **Função.** Maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.
II. **Subfunção.** Partição da função que visa agregar determinado subconjunto de despesas do setor público.
III. **Programa.** Instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual.
IV. **Projeto**- Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais, resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.
V. **Atividade.** Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.
VI. **Operações Especiais.** Despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
**§ 1°.** Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, através de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
**§ 2°.** Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vincula na forma do anexo que integra a Portaria n° 42/99, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
**§ 3°.** As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas na lei orçamentária por: programas, projetos, atividades ou operações especiais.

**Art. 4°.** O orçamento fiscal e o da seguridade social compreenderão a programação dos órgãos municipais, fundos especiais, fundações instituídas ou mantidas pelo Município.

**Art. 5°.** A proposta orçamentária anual será encaminhada ao Legislativo até 15/10/2010 conforme dispõe o artigo 119, § 6º da Lei Orgânica Municipal com a redação dada pela Emenda n. 021 de 15/05/2006, na forma do artigo 22 da Lei 4.320/64, a saber:

I. **Mensagem** que conterá:

a) Exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis;
b) Exposição e justificação da política econômico-financeira do Governo;
c) Justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital;
II. **Projeto de Lei Orçamentária**, elaborado na forma do art. 2° da Lei 4.320/64 contendo:
· Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
· Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas na forma do Anexo I;
· Quadro com a discriminação da receita por fonte e respectiva legislação;
· Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.
III. **Tabelas Explicativas**, das quais além das estimativas da receita e despesa, constarão em colunas distintas e para fins de comparação a:
· Receita Arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta; Receita Prevista para o exercício em que se elabora a proposta; Receita Prevista para o exercício a que se refere a proposta;
· Despesa realizada no exercício imediatamente anterior; Despesa Fixada para o exercício em que se elabora a proposta; e Despesa Fixada para o exercício a que se refere a proposta
IV. **Descrição Sucinta** das principais finalidades de cada unidade administrativa, com a indicação da respectiva legislação;
V. **Quadro Demonstrativo das Receitas** que compõem a base de cálculo dos recursos destinados a Câmara Municipal;
VI. **Anexo dos Orçamentos**: fiscal e o da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida na legislação;
VII. **Demonstrativo** da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais;
VIII. **Demonstrativo** regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões e subsídios de natureza financeira, tributária e creditícia, no caso de ser aprovada lei outorgando benefícios ou incentivos fiscais;
IX. **Reserva de Contingência** destinada ao atendimento de passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos;
X. **Quadro Demonstrativo** dos recursos e aplicações na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme determinação constitucional;
XI. **Quadro Demonstrativo** dos recursos e aplicações na área de saúde de acordo com as normas constitucionais e legais.

**Art. 6°.** A Lei Orçamentária Anual apresentará a discriminação da despesa por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma:
I. O orçamento a que pertence;
II. O grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:

1. Despesas Correntes
a. Pessoal e Encargos Sociais;
b. Juros e Encargos da Dívida;
c. Outras Despesas Correntes;

2. Despesas de Capital
a. Investimentos;
b. Inversões Financeiras;
c. Amortização e Refinanciamento da Dívida;
d. Outras Despesas de Capital.

**Parágrafo único.** O Quadro Demonstrativo da Despesa (QDD) poderá ser detalhado e alterado em nível de elemento, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal e por Ato do Presidente da Câmara Municipal no âmbito do Poder Legislativo, sem prejuízo do limite estipulado no § 1º do art. 13 desta Lei.

**Art. 7°.** Na elaboração e execução do orçamento municipal do exercício de 2011 será respeitado o princípio da transparência administrativa e assegurada a participação da sociedade, através de suas instituições representativas, em audiências públicas.

**Art. 8°.** A participação da sociedade no processo de elaboração do orçamento municipal será na compatibilização entre as

peças de planejamento, visando assegurar os projetos de interesse local.

**Art. 9°.** A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

**Art. 10.** A lei orçamentária será executada com o objetivo de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município e em até trinta dias após sua publicação, o Poder Executivo estabelecerá, através de Decreto:
· O desdobramento da receita em metas bimestrais;
· O Cronograma de Execução Mensal de Desembolso;
· A Programação Financeira.

**Art. 11.** Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá prejudicar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas, o Executivo determinará a limitação de empenho, através de decreto, definindo as despesas e percentuais a serem limitados.
**Parágrafo único.** Não sofrerão limitações as despesas referentes a obrigações constitucionais e legais do Município.

**Art. 12.** No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o artigo anterior, serão preservadas as despesas com pessoal, desde que estejam dentro dos limites legais.

**Art. 13. A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa.**
**§ 1º.** A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2011 conterá norma legal permitindo a abertura de créditos adicionais suplementares até o valor equivalente a 30% (trinta por cento) do total da receita, precedida de autorização legislativa e mediante a utilização de recursos provenientes de:
I. Anulação parcial ou total de dotações;
II. Superávit ou saldo financeiro disponível apurado no balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior;
III. Excesso de arrecadação devidamente demonstrado, podendo ser ainda considerada a tendência do exercício;
IV. Saldos de convênios.
**§ 2º.** Excluem-se do limite fixado no § 1º deste artigo os valores destinados ao atendimento de:
I. Insuficiência de dotações de pessoal e encargos sociais;
II. Despesas decorrentes de pagamento de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida pública;
III. Despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios; e
IV. Insuficiências de outras despesas consignadas em programas de trabalho das funções de Saúde, Assistência e Previdência Social e os relacionados à manutenção e desenvolvimento do ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções.
**§ 3º.** O Legislativo abrirá créditos adicionais suplementares, através de ato próprio e dentro do limite estabelecido no caput deste artigo, desde que os recursos utilizados sejam provenientes de anulação de suas dotações.

**Art. 14.** Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

**Art. 15.** Respeitadas as prioridades de investimentos previstos para o exercício financeiro de 2011, a lei orçamentária e suas alterações, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, quando:
I. Estiverem adequadamente atendidos os projetos em andamento;
II. Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
III. Estiverem definidas suas fontes de recursos,
IV. Destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.
**Parágrafo único.** Consideram-se adequadamente atendidos os projetos que tenham ultrapassado em 70% (setenta por cento) seu cronograma físico-financeiro ou que sejam objetos de convênios com outros entes federativos.

**Art. 16.** É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e nos Créditos Adicionais, de quaisquer recursos do Município para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos e as dispostas no art. 22 da Deliberação nº 200/96 do TCE/RJ.
**§ 1°.** Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput deste artigo, a instituição privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria, observando-se, ainda, o disposto no artigo 195, § 3º, da Constituição Federal.
**§ 2°.** As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.
**§ 3°.** Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotação na lei orçamentária e sua execução, dependerão de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade.

**Art. 17. A lei orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro, caso esteja contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.**

**Art. 18. A lei orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em valor inferior de 1,0% da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2011 que será destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.**
**Parágrafo único.** Os recursos da reserva de contingência destinados a riscos fiscais, caso estes riscos não se concretizem até o mês de setembro de 2011 poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais, não computando no limite de que trata o § 1º do art.13 desta Lei.

**Art. 19. A lei orçamentária conterá recursos para a manutenção dos projetos e manifestações culturais, assim como para o desenvolvimento das práticas desportivas a serem desenvolvidas, na forma do artigo 190, § 1º, c/c o art. 197, § 1º, da Lei Orgânica de Mendes.**

**Art. 20.** Os investimentos priorizados e contemplados na lei orçamentária de 2011 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a: acompanhar o cumprimento dos seus objetivos: corrigir desvios; avaliar seus custos e cumprimento das metas estabelecidas.

**Art. 21.** O Poder Legislativo enviará sua proposta orçamentária ao Poder Executivo até 20/09/10 para incorporação na proposta do Município, que será enviada ao Poder Legislativo até o dia 15/10/10.

**CAPITULO III**
**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A**
**DIVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 22.** A lei orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de dívidas assumidas ou refinanciadas.

**Art. 23.** Os recursos provenientes de operações de crédito, caso sejam incluídos na lei orçamentária, respeitarão os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

**Art. 24.** A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar n° 101/2000.

**CAPITULO IV**
**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS**
**COM PESSOAL E ENCARGOS**

**Art. 25.** As despesas com pessoal do Executivo e do Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18 a 20 da Lei Complementar n° 101/00, devendo o Legislativo se ater, também, as normas da Emenda Constitucional n° 25/00.
**§ 1º.** Os Poderes municipais poderão, através de lei específica, conceder aumento de remuneração para cargos efetivos específicos, desde que não inviabilize o cumprimento das metas fiscais.
**§ 2°.** O Município reajustará, impreterivelmente, a remuneração dos seus cargos e empregos no mês de maio de 2011, tomando por base o INPC-IBGE do período a que se referir o reajuste.

**Art. 26.** Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar n° 101/00 a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3° e 4° do art. 169 da Constituição Federal, preservarão servidores das áreas de Fazenda, Saúde, Educação e Assistência Social.

**Art. 27.** Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar n° 101/00, a contratação de horas extras ficará restrita às necessidades emergenciais das áreas de: saúde; assistência social; educação e contábil.

**Art. 28.** O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/00, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.
**Parágrafo único.** Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput do artigo, os contratos de terceirização relativos à execução de atividades que, simultaneamente:
I. Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade administrativo;
II. Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta total ou parcialmente;
III. Não caracterizem relação direta de emprego.

**Art. 29.** O Poder Executivo enviará projeto de lei sobre alterações na estrutura administrativa superior e sobre o plano de cargos e salários.

**CAPITULO V**
**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E**
**ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 30.** A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2011 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

**Art. 31. A estimativa da receita levará considerará, também, o impacto de alteração na legislação tributária, respeitada a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:**
I. Atualização da planta genérica de valores do Município;
II. Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre os tributos municipais;
III. Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter a justiça fiscal.
IV. Instituição da Contribuição para custeio da iluminação pública
**Parágrafo único.** O Executivo poderá encaminhar projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, observando o que determina a LC 101/00.

**CAPITULO VI**
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 32.** É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

**Art. 33.** A alocação de recursos na lei orçamentária será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

**Art. 34.** Para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar n° 101/00 entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3°, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites dos incisos I e II do art. 24, da Lei 8.666/93.

**Art. 35.** O Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de Lei relativos às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

**Art. 36.** O projeto de lei orçamentária deverá ser devolvido para sanção até o encerramento da 2ª sessão legislativa, nos termos do artigo 22 da Lei Orgânica Municipal.
**Parágrafo único.** No caso de não atendimento no disposto no caput do artigo, a Administração Municipal adotará as medidas legais visando à salvaguarda da continuidade administrativa e do interesse público.

**Art. 37.** Na elaboração e execução dos orçamentos poderá haver compensação entre as metas estabelecidas para o orçamento fiscal e o da seguridade social.

**Art. 38.** Fica o Executivo autorizado a proceder aos ajustes necessários na metodologia de apuração do resultado primário

de forma a permitir a exclusão de despesas específicas, em decorrência de novos critérios que venham a ser ajustados com os órgãos governamentais.

**Art. 39.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mendes (RJ), em 23 de agosto de 2010.

***ROGÉRIO RIENTE***
Prefeito Municipal

**Publicado por:**
Eva Maria do Val Teixeira
**Código Identificador:**88AC71D1

**SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E RENDA**
**RESOLUÇÃO DO COMAS Nº013/2010**

APROVA A MATÉRIA QUE MENCIONA

O Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS, no uso das atribuições que lhes são conferidas;

Considerando:
A relevância da Matéria;
A sessão Extraordinária de 23 de Agosto de 2010;

Resolve:

Art. 1 – Resolve aprovar a primeira Parcela do Convênio 022/PAIF/2009.

Art. 2 – Esta resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Mendes, 23 de Agosto de 2010.

***LETÍCIA BORGES PINTO***
Presidente de COMAS

**Publicado por:**
Eva Maria do Val Teixeira
**Código Identificador:**453C08C8

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO
## PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA

**GABINETE DO PREFEITO**
**EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 002/2010. PARTES:** Prefeitura Municipal de Mesquita e **CLAUDEMILSON CAITANO DOS SANTOS LTDA; LÓTUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-EPP; HOSPLIFE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA-EPP; CDK-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE RAIOS-X LTDA E SH COMERCIAL LTDA. OBJETO**: Para aquisição de equipamentos para unidade pré hospitalar Dr. Mário Bento, conforme o Pregão Eletrônico (SRP) nº 022/2009. **VALOR TOTAL DO REGISTRO**: **R$ 111.993.00 (cento e onze mil e novecentos e noventa e três reais)**. **VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:** 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.**FUNDAMENTO LEGAL**: da Lei nº 10.520/02. Processo nº 02/1876/09.

Mesquita, RJ, 01de março de 2010.

***ARTUR MESSIAS***
Prefeito

**Publicado por:**
Reinaldo dos Santos
**Código Identificador:**64E3168E

**GABINETE DO PREFEITO**
**TERMO ADITIVO**

**Termo Aditivo nº 045/2010 ao Contrato Administrativo nº 043/2006: Partes**: Município de Mesquita e **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LOCANTY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**. **OBJETO**: Alteração da Cláusula quinta do referido contrato, prorrogando a sua vigência. **PRAZO:** 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 31/07/2010. **VALOR TOTAL**: R$ 5.309.030,82 (cinco milhões, trezentos e nove mil e trinta reais e oitenta e dois centavos). **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 57, II c/c art. 65 da Lei n° 8.666/93**. Processo nº** 07/8216/10.

Mesquita, RJ, 30 de julho de 2010.

***ARTUR MESSIAS***
Prefeito

**Publicado por:**
Reinaldo dos Santos
**Código Identificador:**CD7A697E

**GABINETE DO PREFEITO**
**EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 003/2010. PARTES:** Prefeitura Municipal de Mesquita e as sociedades empresárias **TOP LINE COMERCIAL LTDA; EPHOS-106 PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; AUDIFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP; VIDAFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; NOVAFARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA; MUNDIFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA; DROGAFONTE LTDA; HEMOGREEN MEDICAMENTOS, IMPORTAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP; S3 MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA; COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA e CASARIN COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO**: Para aquisição de medicamentos injetáveis, conforme o Pregão Eletrônico (SRP) nº 046/2009. **VALOR TOTAL DO REGISTRO**: **R$ 329.614,90 (trezentos e vinte e nove mil, seiscentos e quatorze reais e noventa centavos)**. **VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:** 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.**FUNDAMENTO LEGAL**: da Lei nº 10.520/02. Processo nº 08/8597/09.

Mesquita, RJ, 01 de março de 2010.

***ARTUR MESSIAS***
Prefeito

**Publicado por:**
Reinaldo dos Santos
**Código Identificador:**654821A0

**GABINETE DO PREFEITO**
**ATA REGISTRO DE PREÇO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PARTES:** Prefeitura Municipal de Mesquita e as sociedades empresárias **ALG RIO COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA DESCARTÁVEIS E HIGIENE PESSOAL LTDA; BIG BEL COMÉRCIO DE DESCARTÁVEL LTDA; RJ COMÉRCIO DE MATERIAL DE LIMPEZA LTDA; FERREIRA E SANCHES COM E SERV. DE PROD. DE LIMPEZA EM GERAL LTDA; AJURDY DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA; N. S. 178 MATERIAL DE PRODUTOS LTDA e PEDRO PAULO NOGUEIRA FILHO - EPP. OBJETO**: Para aquisição de material limpeza, conforme o Pregão Eletrônico (SRP) nº 107/2008. **VALOR TOTAL DO REGISTRO**: **R$ 117.397,50 (cento e dezessete mil, trezentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)**. **VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:** 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura da Ata.**FUNDAMENTO LEGAL**: da Lei nº 10.520/02. Processo nº 05/3761/08.

Mesquita, RJ, 31 de março de 2009.

***ARTUR MESSIAS***
Prefeito

**Publicado por:**
Reinaldo dos Santos
**Código Identificador:**3B73E1FA

**GABINETE DO PREFEITO**
**ATA REGISTRO DE PREÇO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-2009. PARTES:** Prefeitura Municipal de Mesquita e as sociedades empresárias **ESPECIFARMA COM. DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA; NOVA VITÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; DISK MED PÁDUA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA; EXFARMA LTDA; AUDIFARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; INTEGRALMED COMÉRCIO E PRODUTOS LTDA; NOVA FARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA; INSTITUTO BIOCHIMICO INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA; FRESENIUS KABI BRASIL LTDA; ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTD**A; **UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A; COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA; COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS YUMIFARMA LTDA e PRODIET FARMACÊUTICA LTDA. OBJETO**: Para aquisição de medicamentos injetáveis para abastecer todas as unidades de saúde do município, conforme o Pregão Eletrônico (SRP) nº 101/2008. **VALOR TOTAL DO REGISTRO**: **R$ 877.131,08 (oitocentos e setenta e sete mil, cento e trinta e um reais e oito centavos)**. **VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:** 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura da Ata.**FUNDAMENTO LEGAL**: da Lei nº 10.520/02. Processo nº 05/3761/08.

Mesquita, RJ, 17 de dezembro de 2008.

***ARTUR MESSIAS***
Prefeito

**Publicado por:**
Reinaldo dos Santos
**Código Identificador:**E7AEB79E

**GABINETE DO PREFEITO**
**EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 011/2010. PARTES:** Prefeitura Municipal de Mesquita e as sociedades empresárias **SANEATIVO LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA; TOP LINE COMERCIAL LTDA; FORTUCCI & GRAVINA LTDA-EPP; FORMULAS MAGISTRAIS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA-EPP E FRESENIUS KABI BRASIL LTDA. OBJETO**: Para aquisição de soluções farmacológicasconforme o Pregão Presencial (SRP) nº 016/2010. **VALOR TOTAL DO REGISTRO**: **R$ 89.803,98 (oitenta e nove mil, oitocentos e três reais e noventa e oito centavos)**. **VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:** 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.**FUNDAMENTO LEGAL**: da Lei nº 10.520/02. Processo nº 02/1516/2010.

Mesquita, RJ, 10de agosto de 2010.

***ARTUR MESSIAS***
Prefeito

**Publicado por:**
Reinaldo dos Santos
**Código Identificador:**AF8C30DF

**GABINETE DO PREFEITO**
**AVISO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº** 05/5931/10
**MODALIDADE**: PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº 026/2010
**DATA PARA ABERTURA: 09/09/2010 às 10:00 h.**
**OBJETO:** Aquisição de Filme de Raio-X.
**Tipo:** Menor Preço Por Item.
**Requisitante**: Secretaria Municipal de Saúde
**Fundamento Legal**: Leis nº. 10.520/05, 8.666/93 e suas alterações.
O Edital encontra-se à disposição dos interessados na CEL-SEMUS, localizada à Av. União, nº 673 – Stª Terezinha - Mesquita, CEP 26.553-308, a partir de **26/08/2010**, e ainda mediante a apresentação do carimbo do CNPJ, a entrega de requerimento em papel timbrado e 1 (um) resma de papel A4, na Comissão Especial de Licitação, no endereço supracitado.

***CARLOS RENATO MAIA RIBEIRO***
Pregoeiro
Matricula 60/002.534

**Publicado por:**
Reinaldo dos Santos
**Código Identificador:**57E91A51

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AREAL**

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI Nº 617 DE 24 DE AGOSTO DE 2010.**

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES CONCURSADOS, EM CONFORMIDADE COM O § 4° DO ART. 41 DA CRFB/88, E 0 PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE AREAL.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AREAL:**

Faço saber que a Câmara Municipal de Areal aprova e eu sanciono a seguinte Lei;

**Art. 1°** O presente diploma regulamenta o estágio probatório dos servidores ingressantes por concurso público no quadro permanente, providos em cargo efetivo, aferidos pelas normas contidas neste regulamento.

**Art. 2°** O Servidor fica sujeito a um período de 3 (três) anos de estágio probatório, com o objetivo de apurar o preenchimento dos requisitos necessários a confirmação no cargo para o qual foi concursado e será avaliado individualmente mediante os seguintes documentos básicos.
I - Conceitos para avaliação de Estágio Probatório - anexo I;
II - Fichas de avaliação de estágio probatório - anexos II e III;
III - Ficha de frequência - anexo IV.

**Art. 3°** O processo de avaliação será coordenado pela Secretaria de Administração e executado por uma "Comissão de Avaliação" composta de 4 (quatro) membros e pelo Chefe imediato do Servidor avaliado.
**§1°** Os membros da comissão deverão pertencer ao quadro de Funcionários Estatutários do Município ou ocupantes de cargos em comissão, sendo que todos deverão estar em pleno exercício de suas funções.
**§ 2°** Comissão de Avaliação poderá ratificar ou retificar as notas conceitos do Chefe imediato do Servidor avaliado.

**Art. 4°** A avaliação do desempenho dos servidores em estágio probatório será realizada semestralmente, perfazendo um total de 06 (seis) avaliações, tendo como início da contagem para o primeiro semestre, a data de admissão.

**Art. 5°** Durante o período de estágio probatório, não poderá ser atribuído ao servidor outros serviços além daqueles inerentes ao cargo que ocupa, nem poderá ser movimentado para outro Setor diferente daquele que desenvolve as atividades inerentes ao Cargo, caso o mesmo, por qualquer motivo, não possa desenvolver suas atividades para as quais foi concursado, poderá ser demitido "por não adaptação ao Cargo", garantindo-Ihe sempre o direito constitucional de ampla defesa.

**Art. 6°** Não cabe ao Servidor em estágio probatório pleitear remoção ou qualquer forma de movimentação que o coloque em outro cargo, função ou estabelecimento diferente do qual foi concursado, salvo no caso de interesse público.

**Art. 7°** Serão computados como de efetivo exercício, os afastamentos do servidor em virtude de: férias; licença gestante, licença paternidade, alistamento eleitoral, casamento e licença nojo, licença para tratamento da própria saúde, exceto quando este for superior a 30 (trinta) dias e o servidor entrar em gozo de licença médica, terá seu tempo interrompido e reiniciado após o retorno a atividade.

**Art. 8°** 0 servidor avaliado será considerado apto e capaz para o efetivo exercício do cargo, desde que atinja peso mínimo equivalente a **80 (oitenta)** em cada semestre, conforme "Folha de Tabulação" Anexo V, auferidos através das "Fichas de Avaliações" Anexos II e III, os quais são partes integrantes desta Lei.
**§ 1°** 0 Servidor que obtiver mais de 02 (dois) conceitos: **Ruim** e/ou **Insatisfatório (Pesos 40 ou 60),** seguidos ou alternados, poderá ser Demitido, a critério da Administração.
**§ 2º** Para se chegar ao Peso de cada semestre aplica-se a seguinte regra :
**Peso = Soma dos pontos dos avaliadores e aplica-se a tabela anexo VI**

**Art. 9°** O servidor avaliado tomará ciência do resultado de sua avaliação perante a chefia imediata, datando e assinando o respectivo documento.

**Art. 10** A Demissão do servidor em período de Estágio Probatório somente poderá ocorrer, antes da primeira avaliação, desde que o mesmo já tenha sofrido por escrito pelo menos uma advertência e uma suspensão, caso contrário, somente de acordo com previsto no Parágrafo primeiro do Art. 8.

**Art. 11** O servidor será automaticamente reprovado se, no decorrer do estágio probatório, faltar ao serviço mais de 12 (doze) vezes consecutivas ou não.

**Art. 12** O servidor que se sentir prejudicado poderá, no prazo de 5 (cinco) dias contados da ciência do resultado da avaliação de cada semestre, interpor recurso junto a Comissão de Avaliação e esta, em no máximo 10 (dez) dias, a partir da entrega da solicitação a Comissão, deverá julgar o recurso.

**Art. 13** Os servidores que já se encontram no exercício da função através do concurso realizado no ano de 2003, continuarão sendo avaliados pelo contido na Lei nº 387/2005.

**Art. 14** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com as exceções do art. 13.

***LAERTE CALIL DE FREITAS***
Prefeito

**A N E X O I**

**CONCEITOS BÁSICOS PARA AVALIAÇÃO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO**

**1 - ASSIDUIDADE**
Assíduo é considerado o funcionário que comparece com regularidade e exatidão ao lugar onde tem de desempenhar seus deveres ou funções. Aquele que se dedica sem interrupção, aplicado, zeloso e que não possui nenhuma falta injustificada ou licenças médicas durante o semestre.

A nota ao quesito **assiduidade** será fornecida conforme tabela abaixo:

| **Nº Faltas injustificadas** | **Notas** |
|---|---|
| **Nenhuma falta ou licença médica** | **10** |
| **Uma falta e/ou ate 05 dias licença médica** | **8 a 9** |
| **02 a 05 faltas e/ou 06 a 15 dias licença médica** | **5 a 7** |
| **Acima de 05 faltas e/ou acima 15 dias de licença médica** | **0 a 4** |

**2 - DISCIPLINA**
Disciplinado é considerado o funcionário que respeita as normas·e leis impostas ao seu comportamento e não possua nenhuma punição verbal ou escrita durante o estágio. Será dada nota zero a este quesito para os funcionários que possuírem qualquer tipo de penalidade.

**3 – CAPACIDADE E INICIATIVA**
Capaz é considerado o funcionário que tem competência ou aptidão para desenvolver as tarefas solicitadas e atender as atribuições da função.
O funcionário possui iniciativa quando executa suas funções sem ser solicitado, quando verifica a existência de necessidades e trabalho e as executa por sua própria iniciativa.

**4 - PRODUTIVIDADE**
Produtivo é considerado o funcionário que aproveita o máximo possível o tempo executando várias tarefas e produzindo bons resultados.

**5 – RESPONSABILIDADE**
Responsável é considerado o funcionário que responde pelos próprios atos, que executa as tarefas que lhe são determinadas e responde por elas.

**6 – QUALIDADE DO TRABALHO**
O funcionário que executa seu trabalho com qualidade é aquele que atende as expectativas do solicitante atendendo aos seus pedidos e respondendo com brevidade e eficiência aos mesmos.

**7 – USO ADEQUADO DE EQUIPAMENTOS**
O funcionário é considerado como um bom usuário de equipamentos a partir do momento que zela por estes, sabe utilizá-los, e se interessa em aprender e aperfeiçoar seus conhecimentos sobre os mesmos.

**8 - PONTUALIDADE**
Pontual é considerado o funcionário que executa seus trabalhos ou compromissos no tempo combinado e não possui atrasos ou saídas antecipadas e/ou esquecimentos durante o período avaliado.

A nota dada ao requisito **pontualidade** será fornecida conforme tabela abaixo:

| **Nº impontualidades* (atraso ou esquecimento)** | **Notas** |
|---|---|
| 0 | 10 |
| Até cinco | 7 a 9 |
| Entre seis e dez | 4 a 6 |
| Acima de dez | 0 a 3 |

**9 – ADMINISTRAÇÃO DO TEMPO**
É considerado um bom administrador do tempo aquele funcionário que executa as tarefas dentro do prazo determinado, respeitando a brevidade e urgência dos mesmos, aproveitando da melhor maneira possível o tempo para realizar todas as tarefas solicitadas.

**10 - RELACIONAMENTO**

É considerado um bom relações públicas aquele funcionário que tem habilidade para interagir com os colegas, usuários do serviço, pessoas em geral e órgãos externos, tem atitudes aberta para os trabalhos em equipe, espírito de cooperação, demonstrando tato, respeito, compreensão, buscando a convivência harmoniosa, evitando atritos e influenciando positivamente para a obtenção de bons resultados.

**ANEXO II**

| **FICHA DE AVALIAÇÃO - CHEFE IMEDIATO** | | | |
|---|---|---|---|
| Matrícula: | | | Nome: |
| Lotação: | | | Cargo: |
| Período de Avaliação de: ____/____/____ a ____/____/____ | | | Data de Admissão: |
| Informações: O Servidor atualmente permanece no cargo para o qual prestou Concurso ?<br>Sim Não OBS: - caso negativo o mesmo não deve ser avaliado. | | | |
| **FATORES** | **NOTAS** | | **NÍVEIS DE DESEMPENHO** |
| 1. ASSIDUIDADE<br>Presença do servidor no local de trabalho dentro do horário estabelecido para o expediente da unidade.<br>**OBS.: Item condicionado à informação do departamento de frequência.** | **a)** | **( )** | **Cumpre o horário e está sempre presente, mostrando-se disposto a atender às necessidades de trabalho. Nenhuma falta e/ou Licença Médica** |
| | **b)** | **( )** | **Cumpre o horário estabelecido e é pontual nos seus compromissos de trabalho.<br>01 (uma) falta e/ou até 05 dias de Licença Médica** |
| | **c)** | **( )** | **Normalmente não cumpre o horário estabelecido, mas, quando presente, atende às necessidades de trabalho.<br>02 a 05 faltas e/ou até 15 dias de Licença Médica.** |
| | **d)** | **( )** | Nunca cumpre horário e está sempre ausente.<br>Acima de 05 faltas e/ou acima de 15 dias Licença Médica. |
| 2. DISCIPLINA<br>Observa sistematicamente aos regulamentos e às normas emanadas das autoridades competentes. | **a)** | **( )** | Sempre cumpre as normas e deveres, além de contribuir para a manutenção da ordem no ambiente de trabalho. |
| | **b)** | **( )** | Mantém um comportamento satisfatório atendendo às normas e deveres da unidade. |
| | **c)** | **( )** | Eventualmente descumpre as determinações que lhes são atribuídas e tem um comportamento instável no grupo. |
| | **d)** | **( )** | Mostra-se resistente a cumprir normas e deveres e sempre influencia negativamente no comportamento do grupo. |
| 3. INICIATIVA<br>Adota providências em situações não definidas pela chefia ou não previstas nos manuais ou normas de serviço. | **a)** | **( )** | Tem facilidade em buscar soluções para situações imprevistas do trabalho, quando solicitado. |
| | **b)** | **( )** | Esforça-se para solucionar algumas situações imprevistas na execução do trabalho. |
| | **c)** | **( )** | Eventualmente apresenta soluções para situações imprevistas do trabalho, quando solicitado. |
| | **d)** | **( )** | Deixa de solucionar problemas decorrentes de situações imprevistas na execução do trabalho. |
| 4. PRODUTIVIDADE<br>Apresenta volume e qualidade de trabalho num intervalo de tempo satisfatório. | **a)** | **( )** | Ultrapassa o volume de trabalho exigido, entregando as tarefas nos prazos estabelecidos e com qualidade. |
| | **b)** | **( )** | Apresenta resultados satisfatórios, entregando as tarefas dentro dos prazos estabelecidos. |
| | **c)** | **( )** | Apresenta resultados para o trabalho exigido, porém não cumpre os prazos estabelecidos. |
| | **d)** | **( )** | Demonstra resultados abaixo do exigido e as tarefas são sempre entregues fora dos prazos previstos. |
| 5.RESPONSABILIDADE<br>É comprometido com suas tarefas, com as metas estabelecidas pelo órgão ou entidade e com o bom conceito da administração. | **a)** | **( )** | Conhece suas atribuições executando suas atividades dentro das expectativas. |
| | **b)** | **( )** | Executa adequadamente as suas atividades de acordo com as metas estabelecidas para a unidade. |
| | **c)** | **( )** | Em algumas situações demonstra pouca atenção em relação à execução das atribuições do seu cargo. |
| | **d)** | **( )** | Não cumpre adequadamente suas atribuições necessitando de permanente orientação e controle. |
| 6. QUALIDADE DO TRABALHO<br>É comprometido com a qualidade do trabalho avaliando o grau de exatidão, ordem e segurança com que o trabalho é realizado: | **a)** | **( )** | Os trabalhos realizados são sempre de ótima qualidade sob todos os aspectos, inclusive registrando os resultados. |
| | **b)** | **( )** | Os trabalhos realizados apresentam boa qualidade, podendo se confiar no que faz, inclusive registrando os resultados. |
| | **c)** | **( )** | Os trabalhos realizados nem sempre apresentam boa qualidade, necessitando constante orientação. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | **d)** | **( )** | Os trabalhos realizados são de má qualidade, demonstrando deficiência e precariedade na sua execução. |
| 7. USO ADEQUADO DE EQUIPAMENTOS<br>É comprometido, interessado e preocupado com a guarda e economia de material de trabalho por parte do servidor: | **a)** | **( )** | O servidor tem um grande senso de responsabilidade, mostrando-se zeloso e procura economizar os materiais de trabalho. |
| | **b)** | **( )** | O servidor é responsável com o zelo de seus materiais, mas não prima pela economia dos mesmos. |
| | **c)** | **( )** | O servidor não é zeloso nem econômico com os materiais de expediente. |
| | **d)** | **( )** | O servidor não é zeloso, nem econômico com os materiais da instituição, incorrendo no desvio dos mesmos. |
| 8. PONTUALIDADE<br>É comprometido em avaliar sua capacidade de cumprir horários ou compromissos rotineiros de seu trabalho:<br>OBS: Item condicionado a informação do dept.º frequência | **a)** | **( )** | É pontual, sempre entra e sai no horário e não sai do setor de trabalho durante o expediente. |
| | **b)** | **( )** | Raramente entra ou sai fora do horário, dificilmente sai para resolver problemas particulares. |
| | **c)** | **( )** | Às vezes entra ou sai fora do horário, sai com uma certa freqüência para resolver problemas particulares. |
| | **d)** | **( )** | Dificilmente cumpre horário previsto, tem por hábito afastar se do local de trabalho sem avisar. |
| 9. ADMINISTRAÇÃO DO TEMPO<br>É comprometido com a frequência com que o servidor executa as tarefas estabelecidas: | **a)** | **( )** | Sempre administra o seu tempo de forma a atender as tarefas solicitadas, sem causar transtorno. |
| | **b)** | **( )** | Geralmente administra bem o seu tempo de forma a suprir as necessidades do setor. |
| | **c)** | **( )** | Raramente consegue administrar seu tempo de forma a realizar as tarefas. |
| | **d)** | **( )** | Nunca consegue atender no prazo determinado as tarefas solicitadas. |
| 10. RELACIONAMENTO<br>É comprometido com a diplomacia no trato com os superiores, colegas e público em geral. | **a)** | **( )** | Consegue resolver os problemas mais difíceis, evitando conflito. É calmo e sereno, não possui grandes variações de humor. |
| | **b)** | **( )** | Controla-se perante as situações difíceis, raramente perde o controle provocando atritos. |
| | **c)** | **( )** | Evita enfrentar situações difíceis que tenha de agir com diplomacia, necessita esforçar-se para conseguir se controlar em situações que lhe causem ansiedade. |
| | **d)** | **( )** | Cria situações difíceis, pois se descontrola por qualquer motivo. Transmite sua ansiedade para as pessoas. |

| **SOMATÓRIO DOS PONTOS** |
|---|

| **Matrícula:** | **Nome:** |
|---|---|
| **Comentários e/ou Sugestões do Avaliador** | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| **Assinatura do(a) Avaliador(a):** | **Data:** |
| **Assinatura do(a) Avaliado(a):** | **Data:** |

| **Comentários e/ou Sugestões do Avaliado** | |
|---|---|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| **Assinatura do(a) Avaliador(a):** | **Data:** |
| **Assinatura do(a) Avaliado(a):** | **Data:** |

**ANEXO III**

| FICHA DE AVALIAÇÃO - COMISSÃO AVALIADORA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Matrícula: Nome:** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **SEMESTRES** | **1º** | | | | **2º** | | | | **3º** | | | | **4º** | | | | **5º** | | | | **6º** | | | |
| **AVALIADORES** | 1 | 2 | 3 | 4 | 1 | 2 | 3 | 4 | 1 | 2 | 3 | 4 | 1 | 2 | 3 | 4 | 1 | 2 | 3 | 4 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| **1 – Assiduidade** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **2- Disciplina** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **3 – Iniciativa** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **4 - Produtividade** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **5- Responsabilidade** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **6 –Qualidade do Trabalho** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **7–Uso adequado equipamento** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **8 –Pontualidade** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **9-Administração do Tempo** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **10 - Relacionamento** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **TOTAL** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **SOMA DOS PONTOS 5 AVALIADORES** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **PESO NO SEMESTRE** | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| **CONCEITO** | **APROVADO** | | | | **APROVADO** | | | | **APROVADO** | | | | **APROVADO** | | | | **APROVADO** | | | | **APROVADO** | | | |
| | **REPROVADO** | | | | **REPROVADO** | | | | **REPROVADO** | | | | **REPROVADO** | | | | **REPROVADO** | | | | **REPROVADO** | | | |

**ANEXO III - VERSO**

| **SEMESTRE** | **1°** | **2°** | **3°** | **4°** | **5°** | **6°** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **ASSINATURA COMISSÃO AVALIADORA E CARIMBO** | **1** | **1** | **1** | **1** | **1** | **1** |
| | **2** | **2** | **2** | **2** | **2** | **2** |
| | **3** | **3** | **3** | **3** | **3** | **3** |
| | **4** | **4** | **4** | **4** | **4** | **4** |
| **DATA** | ___/____/_____ — | ___/____/_____ — | ___/____/_____ — | ___/____/_____ — | ___/____/_____ — | ___/____/_____ — |

**ANEXO IV**

| **FICHA DE FREQUENCIA- PREENCHIDA PELO CHEFE DO DEPARTAMENTO DE FREQUÊNCIA** |
|---|

| **Matrícula:** | | **Nome:** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Lotação:** | | **Cargo:** Admissão: | | | | |
| **Informações**: O Servidor atualmente permanece no cargo para o qual prestou Concurso ?<br>**Sim Não OBS: Caso negativo o mesmo não deve ser avaliado.** | | | | | | |
| **SEMESTRES** | **1º** | **2º** | **3º** | **4º** | **5º** | **6º** |
| **Períodos apurados** | __/___/___ a __/___/___ | ___/___/___ a ___/___/___ | __/___/___ a __/___/___ | __/___/___ a __/___/___ | __/___/___ a __/___/___ | __/___/__a __/___/__ |
| **Nº de Atrasos** | | | | | | |
| **Nº de Esquecimentos** | | | | | | |
| **Nº de Faltas** | | | | | | |
| **Nº Dias de Licenças Médicas** | | | | | | |
| **Nº de Advertência** | | | | | | |
| **Nº dias de Suspensão** | | | | | | |
| **Assinatura Chefe do Dept.º Frequência** | | | | | | |
| **Assinatura Avaliado** | | | | | | |
| **Data** | | | | | | |

**ANEXO V**

**FOLHA DE TABULAÇÃO**

| **FATORES** | **CONCEITOS** | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1. Assiduidade | EXCELENTE (A) | BOM ( B ) | INSATISFATÓRIO ( C ) | RUIM ( D ) |
| 2.Disciplina | | | | |
| 3. Iniciativa | | | | |
| 4. Produtividade | | | | |
| 5. Responsabilidade | | | | |
| 6. Qualidade do Trabalho | | | | |
| 7. Uso adequado de Equipamento | | | | |
| 8. Pontualidade | | | | |
| 9. Administração do Tempo | | | | |
| 10. Relacionamento | | | | |
| **PONTUAÇÃO** | 10 | 7 a 9 | 4 a 6 | 0 a 3 |

**ANEXO VI**

**FOLHA DE PONTUAÇÃO E PESO**

| **PONTOS** | **PESO** | **CONCEITOS** |
|---|---|---|
| **0 a 150 pontos** | **40** | **RUIM, não perfaz os requisitos da função (reprovado).** |
| **151 a 350 pontos** | **60** | **INSATISFATÓRIO, forma insignificativa em cumprir os requisitos da função (reprovado).** |
| **351 A 499 pontos** | **80** | **BOM, cumpre os requisitos da função (aprovado).** |
| **500 pontos** | **100** | **EXCELENTE, cumpre os requisitos da função com total eficiência (aprovado).** |

**Publicado por:**
Vinícius Moraes Garcia
**Código Identificador:**6EA1BBC2

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES**

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS- ANEXO DE METAS FISCAIS-2011**

LRF - Art. 4º, § 1º -

| ESPECIFICAÇÃO | 2011 | | | 2012 | | | 2013 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | VALORES | | %PIB | VALORES | | %PIB | VALORES | | %PIB | |
| | Constante | Corrente | | Constante | Corrente | | Constante | Corrente | | |
| Receita Total | | | 32.030.865 | 33.716.700 | | 33.820.590 | 35.600.620 | | 37.377.680 | 39.344.930 |
| Receita Não Financeira (I) | | | 31.706.615 | 33.392.450 | | 33.618.650 | 35.398.680 | | 37.191.860 | 39.163.110 |
| Despesa Total | | | 31.980.865 | 33.666.700 | | 33.770.590 | 35.550.620 | | 37.327.680 | 39.294.930 |
| Despesa Não Financeira (II) | | | 31.296.865 | 32.946.700 | | 33.086.590 | 34.830.620 | | 36.643.680 | 38.574.930 |
| Resultado Primário (I-II) | | | 409.750 | 445.750 | | 532.060 | 568.060 | | 548.180 | 588.180 |
| Resultado Nominal | | | 1.789.995 | 1.968.990 | | 1.612.355 | 1.773.590 | | 1.450.235 | 1.595.260 |
| Dívida Pública Consolidada | | | 215.450 | 237.000 | | 172.360 | 189.600 | | 137.880 | 151.670 |
| Dívida Consolidada Líquida | | | -184.550 | -203.000 | | -177.640 | -195.400 | | -162.120 | - 178.330 |

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda

1.) Valores Correntes estimados no PPA

2.) Superavit Orçamentário (Receita - Despesa) projetado em R$ 50.000,00

**Publicado por:**
Eva Maria do Val Teixeira
**Código Identificador:**D1F13C87

**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS- ANEXO DE METAS FISCAIS-2011**

Tabela 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA

LRF - Art. 4º, § 2º, V -

| BENEFICIÁRIO | Tributo | 2011 | 2012 | 2013 | COMPENSAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | NÃO ESTÃO PREVISTAS RENÚNCIAS DE RECEITA | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| TOTAL | | | | | |
| Fonte: Secretaria Municipal de Governo | | | | | |

**Publicado por:**
Eva Maria do Val Teixeira
**Código Identificador:**8F403E85

## GABINETE DO PREFEITO
## LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS- ANEXO DE METAS FISCAIS-2011

| Tabela 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| LRF - Art. 4º, § 2º, II - | | | | | | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
| | 2008 | 2019 | % | 2010 | % | 2011 | % | 2012 | % | 2013 | % |
| Receita Total | 30.546.648 | 28.194.832 | -7,70 | 28.777.620 | 2,07 | 32.030.865 | 11,30 | 33.820.590 | 0,00 | 37.377.680 | 10,52 |
| Receita Não Financeira (I) | 30.211.971 | 27.979.698 | -7,39 | 28.451.220 | 1,69 | 31.706.615 | 11,44 | 33.618.650 | 6,03 | 37.191.860 | 10,63 |
| Despesa Total | 30.419.825 | 31.019.391 | 1,97 | 28.757.620 | -7,29 | 31.980.865 | 11,21 | 33.770.590 | 5,60 | 37.327.680 | 10,53 |
| Despesa Não Financeira (II) | 30.221.029 | 29.632.945 | -1,95 | 2.833.220 | -90,44 | 31.296.865 | 1004,64 | 33.086.590 | 5,72 | 36.643.680 | 10,75 |
| Resultado Primário (I-II) | 325.620 | -1.653.247 | -607,72 | 101.920 | -106,16 | 409.750 | 302,03 | 532.060 | | 548.180 | 3,03 |
| Resultado Nominal | -2.206.109 | 2.023.625 | -191,73 | 1.974.545 | -2,43 | 1.789.995 | 9,35 | 1.612.355 | -9,92 | 1.450.235 | -10,05 |
| Dívida Pública Consolidada | 475.032 | 389.233 | -18,06 | -49.080 | -112,61 | 215.450 | -538,98 | 172.360 | -20,00 | 137.880 | -20,00 |
| Dívida Consolidada Líquida | -3.076.526 | -978.883 | -68,18 | -49.080 | -94,99 | -184.550 | 276,0 | -177.640 | | -162.120 | |
| Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda | | | | | | | | | | | |
| Observações | | | | | | | | | | | |

**Publicado por:**
Eva Maria do Val Teixeira
**Código Identificador:**8EC0169D

## GABINETE DO PREFEITO
## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS -2011-

| **Tabela 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| LRF - Art. 4º, § 2º, I - | | | | | | |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **METAS PREVISTAS** | | **METAS REALIZADAS** | | **VARIAÇÃO** | |
| | **2009** | **%PIB** | **2009** | **%PIB** | **VALOR** | **%PIB** |
| Receita Total | 28.882.646,00 | | 28.194.832,00 | | -687.814,00 | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Receita Não Financeira (I) | 28.364.336,00 | | 27.979.698,00 | | -384.638,00 | |
| Despesa Total | 32.448.650,90 | | 31.019.390,70 | | -1.429.260,20 | |
| Despesa Não Financeira (II) | 28.501.616,00 | | 29.632.944,90 | | 1.131.328,90 | |
| Resultado Primário (I-II) | -137.280,00 | | -1.653.246,90 | | -1.515.966,90 | |
| Resultado Nominal | 291.651,00 | | 2.023.625,40 | | 1.731.974,40 | |
| Dívida Pública Consolidada | 653.363,00 | | 389.232,50 | | -264.130,50 | |
| Dívida Consolidada Líquida | -154.265,00 | | -978.882,90 | | -824.617,90 | |
| **Fonte:** Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda | | | | | | |
| | | | | | | |
| **Observações** | | | | | | |

**Publicado por:**
Eva Maria do Val Teixeira
**Código Identificador:**5898437E

## GABINETE DO PREFEITO
## LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS- ANEXO DE METAS FISCAIS-2010

| Tabela 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS | |
|---|---|
| DE CARÁTER CONTINUADO | |
| LRF - Art. 4º, § 2º, V - | |
| EVENTO | Valor |
| Aumento Permanente da Receita | 2.053.378,00 |
| (-) Transferências Constitucionais | 1.461.981,00 |
| (-) Transferência do FUNDEB | 461.304,00 |
| (=) Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I) | 130.093,00 |
| Redução Permanente da Despesa (II) | 0,00 |
| Margem Bruta (III) = (I + II) | 130.093,00 |
| Saldo Utilizado (IV) | 130.093,00 |
| Impacto de Novas Despesas de Caráter Continuado | 0,00 |
| Margem Líquida de Expansão das Despesas Caráter Continuado | 0,00 |

**Publicado por:**
Eva Maria do Val Teixeira
**Código Identificador:**0D8AD53E



**GABINETE DO PREFEITO**
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2011**

| PROJETOS PRIORITÁRIOS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011 | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FUNÇÃO-SUBFUNÇÃO-PROGRAMAS-AÇÕES DO PPA | META FÍSICA (%) | | INDICADOR | UNIDADE RESPONSÁVEL | REGIÃO | RECURSOS | | | | | | |
| | 2010 | 2011 | | | | VINCULADOS | PRÓPRIOS | TOTAL | | | | |
| Função: Administração | | | | | | | | | | 360.000,00 | 15.000,00 | 375.000,00 |
| Subfunção: Formação de Recursos Humanos | | | | | | | | | | 0,00 | 15.000,00 | 15.000,00 |
| Programa: Funcionário Público Maior Ativo Municipal | | | | | | | | | | 0,00 | 15.000,00 | 15.000,00 |
| Ação: Treinamento e Reciclagem de Pessoal | | | | | 15 | 25 | Em construção | SMA | Sede | 0,00 | 15.000,00 | 15.000,00 |
| Subfunção: Administração de Receitas | | | | | | | | | | 360.000,00 | 0,00 | 360.000,00 |
| Programa: Modernização da Administração Tributária | | | | | | | | | | 360.000,00 | 0,00 | 360.000,00 |
| Ação: Serviços Técnicos Especializados - Contratação | | | | | 0 | 100 | Em construção | SMPF | Sede | 20.000,00 | 0,00 | 20.000,00 |
| Ação: Infraestrutura Física | | | | | 0 | 30 | Em construção | SMPF | Sede | 260.000,00 | 0,00 | 260.000,00 |
| Ação: Recursos Humanos - Seleção e Treinamento | | | | | 0 | 40 | Em construção | SMPF | Sede | 30.000,00 | 0,00 | 30.000,00 |
| Ação: Equipamentos de Apoio e Tecnologia da Informação | | | | | 0 | 40 | Em construção | SMPF | Sede | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| Função: Assistência Social | | | | | | | | | | 350.000,00 | 30.000,00 | 380.000,00 |
| Subfunção: Assistência Comunitária | | | | | | | | | | 350.000,00 | 30.000,00 | 380.000,00 |
| Programa: Atendimento de Qualidade | | | | | | | | | | 350.000,00 | 30.000,00 | 380.000,00 |
| Ação: Implantação do Centro de Referência de A. Social | | | | | 15 | 60 | Em construção | FMAS | H. Antunes | 150.000,00 | 15.000,00 | 165.000,00 |
| Ação: Adequação do Centro de Referência de A. Social | | | | | 15 | 60 | Em construção | FMAS | Oscar Rudge | 150.000,00 | 15.000,00 | 165.000,00 |
| Ação: Ampliação do Centro de Convivência Vó Maria | | | | | 15 | 60 | Em construção | FMAS | Centro | 50.000,00 | 0,00 | 50.000,00 |
| Função: Saúde | | | | | | | | | | 500.000,00 | 15.500,00 | 515.500,00 |
| Subfunção: Assistência Hospitalar e Ambulatorial | | | | | | | | | | 500.000,00 | 15.500,00 | 515.500,00 |
| Programa: Saúde Direito de Todos | | | | | | | | | | 500.000,00 | 15.500,0 | 515.500,00 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | 0 | |
| Ação: Reforma do Hospital Municipal | | 10 | 60 | Em construção | FMS | Centro | 500.000,00 | 15.500,00 | 515.500,00 |
| Função: Educação | | | | | | | 50.000,00 | 1.500,00 | 51.500,00 |
| Subfunção: Ensino Fundamental | | | | | | | 50.000,00 | 1.500,00 | 51.500,00 |
| Programa: Inclusão Digital | | | | | | | 50.000,00 | 1.500,00 | 51.500,00 |
| Ação: Inclusão Digital em Escolas | | 20 | 80 | Alunos | SME | Município | 50.000,00 | 1.500,00 | 51.500,00 |
| Função - Urbanismo | | | | | | | 2.425.560,00 | 83.100,00 | 2.508.660,00 |
| Subfunção: Infraestrutura Urbana | | | | | | | 2.085.740,00 | 72.780,00 | 2.158.520,00 |
| Programa: Pavimentação de ruas municipais | | | | | | | 2.085.740,00 | 72.780,00 | 2.158.520,00 |
| Ação: Rua Pinheiros | | 45 | 55 | Em construção | SMO | Jabitucabeira | 623.200,00 | 19.270,00 | 642.470,00 |
| Ação: Ruas Antônio de Freitas e Iberico Fontes | | 45 | 55 | Em construção | SMO | Ponte Rocha | 209.470,00 | 6.480,00 | 215.950,00 |
| Ação: Rua Otávio Junqueira | | 45 | 55 | Em construção | SMO | M. Costa | 196.400,00 | 6.080,00 | 202.480,00 |
| Ação: Travessa João Vieira | | 45 | 55 | Em construção | SMO | Oscar Rudge | 295.300,00 | 9.130,00 | 304.430,00 |
| Ação: Servidões nos Jardins | | 45 | 55 | Em construção | SMO | H. Antunes | 100.000,00 | 3.000,00 | 103.000,00 |

MUNICÍPIO DE MENDES - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2011

ANEXO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2011 - ART. 2º

PROJETOS PRIORITÁRIOS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011

| FUNÇÃO-SUBFUNÇÃO - PROGRAMAS -AÇÕES DO PPA | META FÍSICA (%) | | INDICADOR | UNIDADE RESPONSÁVEL | REGIÃO | RECURSOS | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2010 | 2011 | | | | VINCULADOS | PRÓPRIOS | TOTAL | | | | |
| Ação: Rua Álvaro Berardinelli | | | | | 45 | 55 | Em construção | SMO | Independência | 113.080,00 | 3.500,00 | 116.580,00 |
| Ação: Cinco | | | | | 45 | 55 | Em construção | SMO | N.S. Graças | 52.460,00 | 1.620,00 | 54.080,00 |
| Ação: Bela Vista | | | | | 45 | 55 | Em construção | SMO | N.S. Graças | 142.620,00 | 4.480,00 | 147.100,00 |
| Ação: Tabajara | | | | | 45 | 55 | Em construção | SMO | N.S. Graças | 120.130,00 | 3.720,00 | 123.850,00 |
| Ação: Aurélio G. Ramos | | | | | 45 | 55 | Em construção | SMO | N.S. Graças | 113.080,00 | 3.500,00 | 116.580,00 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ação: Rua Luiz Fonseca | | | | 45 | 55 | Em construção | SMO | Santa Rita | 120.000,00 | 12.000,00 | 132.000,00 |
| Subfunção: Serviços Urbanos | | | | | | | | | 339.820,00 | 10.320,00 | 350.140,00 |
| Programa: | | | | | | | | | 339.820,00 | 10.320,00 | 350.140,00 |
| Ação: Canalização de Agua - Corrego do Elias | | | | 15 | 85 | Em construção | SMO | Santa Rita | 139.820,00 | 4.320,00 | 144.140,00 |
| Ação: Rede de Água | | | | 15 | 85 | Em construção | SMO | Oscar Rudge | 200.000,00 | 6.000,00 | 206.000,00 |
| Função - Desporto e Lazer | | | | | | | | | 395.000,00 | 26.030,00 | 421.030,00 |
| Subfunção: Desporto Comunitário | | | | | | | | | 395.000,00 | 26.030,00 | 421.030,00 |
| Programa: Esporte - Integração Comunitária | | | | | | | | | 395.000,00 | 26.030,00 | 421.030,00 |
| Ação: Construção de Quadra Esportiva | | | | . | 70 | Em construção | SMO | Morsing | 195.000,00 | 6.030,00 | 201.030,00 |
| Ação: Construção de Campo de Futebol | | | | 30 | 70 | Em construção | SMO | Independência | 200.000,00 | 20.000,00 | 220.000,00 |
| Total de Recursos Previstos para conclusão dos Projetos | Vinculados | Próprios | Total | | | | | | | | |
| | 4.420.380,00 | 181.450,00 | 4.601.830,00 | | | | | | | | |

**Publicado por:**
Eva Maria do Val Teixeira
**Código Identificador:**6F2AFE4A

